

ANÁLISE DA PLURIAATIVIDADE DOS AGRICULTORES NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA “BOM FIM” (ANGICOS/RN)

**Aldeymison Nunes Martins, José Antônio Nunes de Souza², Francisco Danilo da Silva
Ferreira³**

¹Graduando em Economia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Campus de Assu. E-mail: pensajovem@hotmail.com

²Departamento de Economia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Campus de Assu. E-mail: joseantonio@uern.br.

³Departamento de Economia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Campus de Assu. E-mail: leticia9souza@hotmail.com.

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar o grau de pluriatividade dos agricultores no assentamento de reforma agrária “BOM FIM” localizado no município de Angicos/RN. A metodologia adotada e utilizada foi à pesquisa exploratória-descritiva, levando em conta levantamento bibliográfico, entrevistas e coleta de dados primários junto aos chefes dos domicílios do assentamento. Após uma análise dos dados coletados no assentamento, ficou evidente que uma parcela expressiva das famílias assentadas combina atividade agrícolas com atividades não agrícolas o que caracteriza essas famílias como pluriativas. Outro ponto importante foi a identificação de rendas de transferências como outras fontes importantes no assentamento. Em suma, dadas as condições de sazonalidade inerentes a produção agrícola e demais choques de renda adversos vivenciados pelas famílias do assentamento, as rendas não agrícolas e de transferência representam uma diversificação da renda rural e possuem um peso significativo para manutenção da unidade familiar, bem como da permanência nas áreas rurais.

Palavras-Chave: Renda; Agricultura; Pluriatividade

ANALYSIS OF FARMERS 'PLURIAIVITY IN THE “BOM FIM” AGRICULTURAL REFORM SETTLEMENT (ANGICOS/RN)

Abstract

The aim of this study was to analyze the degree of pluriactivity of farmers in the agrarian reform settlement “BOM FIM” located in the municipality of Angicos/RN. The methodology adopted and used was exploratory-descriptive research, taking into account a bibliographic survey, interviews and primary data collection from the heads of the settlement's households. After an analysis of the data collected in the settlement, it was evident that a significant portion of the settled families combines agricultural activity with non-agricultural activities, which characterizes these families as pluriactives. Another important point was the identification of income from transfers as other important sources in the settlement. In short, given the seasonal conditions inherent in agricultural production and other adverse income shocks experienced by the settlement's families, non-agricultural and transfer income represent a diversification of rural income and have a significant weight for maintaining the family unit, as well as permanence in rural areas.

Keywords: Income; Agriculture; Pluriatividade.

ANÁLISIS DE LA PLURIAATIVIDAD DE LOS AGRICULTORES EN EL ACUERDO DE REFORMA AGRÍCOLA “BOM FIM” (ANGICOS/RN)

Resumen

El objetivo de este estudio fue analizar el grado de pluriactividad de los agricultores en el acuerdo de reforma agraria "BOM FIM" ubicado en el municipio de Angicos/RN. La metodología adoptada y utilizada fue la investigación exploratoria descriptiva, teniendo en cuenta una encuesta bibliográfica, entrevistas y recolección de datos primarios de los jefes de los hogares del asentamiento. Después de un análisis de los datos recopilados en el asentamiento, fue evidente que una parte significativa de las familias asentadas combina la actividad agrícola con actividades no agrícolas, lo que caracteriza a estas familias como pluriactivos. Otro punto importante fue la identificación de ingresos de transferencias como otras fuentes importantes en el acuerdo. En resumen, dadas las condiciones estacionales inherentes a la producción agrícola y otras perturbaciones adversas de ingresos experimentadas por las familias del asentamiento, los ingresos no agrícolas y de transferencia representan una diversificación del ingreso rural y tienen un peso significativo para mantener la unidad familiar, así como permanencia en zonas rurales.

Palabras clave: Ingresos; Agricultura; Pluriactividad.

INTRODUÇÃO

As áreas rurais têm experimentando diversas transformações nas décadas recentes. As ocupações, a renda e as relações com o meio urbano representam parte deste processo que vem caracterizando as áreas rurais como ambientes pluriativos e multifuncionais, afastando a ideia de dependência das atividades exclusivamente agrícolas.

De fato, a agricultura familiar conceituada neste estudo, refere-se a uma unidade de produção onde os fatores de produção e trabalho estão intimamente ligados à gestão familiar, representa um aspecto importante no meio rural, proporciona muitas mudanças significativas nas áreas rurais. E justamente a partir dessa unidade de análise que se observa como a renda pode ser diversificada para além das atividades estritamente agrícolas.

Nas últimas décadas um fenômeno vem transformando significativamente a economia nas áreas rurais em diversos países: a diversificação da renda. Isto ocorre porque dado um conjunto de fatores não é possível formar uma renda que possa sustentar uma família tendo como foco apenas a produção familiar, pois existem fatores negativos na produção, por exemplo, os fatores climáticos que na maioria das vezes afetam negativamente a produção, com isso muitos partem para outros trabalhos para complementar sua renda, já que aquela anterior só se torna satisfatórias em períodos sazonais.

Este fato é explicado na análise de Reardon et al (2006) onde os autores explicam o processo de decisão das famílias rurais em empreender atividades ligadas a agricultura familiar, ou buscar renda em outras atividades não relacionadas com a agricultura. Este processo de decisão tem como ponto de partida a análise de fatores como: choques climáticos, aversão ao risco (sobretudo em períodos de recessão econômica), queda de preço de produtos agrícolas, diversificação de capital, etc. Assim a unidade familiar poderá ter distintas motivações em diversificar suas fontes de renda, dando um caráter mais pluriativo às suas atividades.

No Brasil, por exemplo, merece grande destaque o conjunto de publicações do Projeto RURBANO que a partir do tratamento das bases de dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), buscou analisar o caráter pluriativo dos espaços rurais no

Brasil, mostrando que as ocupações rurais não agrícolas cresceram de forma significativa representando parte importante da renda gerada nestes espaços. (DEL GROSSI e SILVA, 2000).

Neste contexto, a pluriatividade tem se tornado cada vez mais comum, devido à facilidade de deslocamento para as cidades e o vasto perfil de trabalhadores que conseguem assimilar e tornam-se profissionais de outros setores, mas sem deixar a produção primária. Observa-se que na maioria dos casos as atividades não agrícolas são questionadas por sindicalistas, no entanto, os repasses destinados aos agricultores mal cobrem os custos de subsistência, bem como os custos de produção. Assim, atrasos de repasses do governo federal e muitas vezes a falta de assistência técnica atrasam a produção agrícola, que aliado a outros fatores ligados ao clima, a renda, etc. acaba tornando inviável permanecer integralmente na agricultura.

Mediante o exposto, o objetivo geral é analisar o grau de pluriatividade dos agricultores no assentamento de reforma agrária “Bom Fim” localizado no município de Angicos/RN. A metodologia usada consistiu numa pesquisa de campo onde foram coletados dados acerca do perfil socioeconômico das famílias residentes no assentamento.

Esse artigo possui ainda mais quatro seções: na próxima seção são discutidos aspectos conceituais da pluriatividade, em seguida é feita uma análise da pluriatividade no contexto da diversificação de renda no cenário brasileiro, logo em seguida são apresentados os procedimentos metodológicos, após, são apresentados os resultados da pesquisa, seguindo as considerações finais.

ASPECTOS CONCEITUAIS DA PLURIATIVIDADE

A pluriatividade tem sido objeto de estudos nas décadas recentes dada a percepção das mudanças ocorridas nas áreas rurais de diversos países. Existe assim, uma vasta literatura nacional e internacional que analisa o fenômeno da pluriatividade como forma de sustento das famílias no meio rural. Dito isto essa seção faz uma breve discussão acerca do conceito de pluriatividade trazendo uma visão geral presente na literatura.

Na visão de Schneider (2003) as famílias que residem nas áreas rurais podem articular a agricultura familiar com fontes de renda não agrícola, representando uma importante forma de reprodução econômica nessas áreas. Logo pode-se perceber que a forma de articulação das famílias tem se tornado bem mais presente, pois os rendimentos providos das atividades exercidas não agrícolas têm se tornado saída para várias famílias.

Contudo foi observado que muitos continuam por exercer algumas atividades agrícolas tendo como motivo por exemplo a subsistência, uma vez plantados os insumos, a colheita irá trazer frutos que conseqüentemente as famílias não precisarão ter custos em obter nos mercados para consumo, assim não sendo necessário retirar dos rendimentos econômicos para obtê-lo em forma de compra.

O conceito da pluriatividade e sua dinâmica das áreas rurais continua sendo bastante debatido. De forma geral Schneider (2001) conceitua famílias pluriativas como aquelas que uma vez inseridas no meio rural, possuem pelo menos um de seus membros exercendo alguma ocupação não agrícola. Nesse caso o autor ressalva que a distinção entre ocupações agrícolas e

não agrícolas é controversa, mas esclarece que as atividades essencialmente agrícolas estão diretamente ligadas aos processos de cultivo da terra e ao manejo de animais.

A pluriatividade tem se tornado cada vez mais um assunto abordado no âmbito acadêmico pela sua importância e por estar inserido no cenário agrícola da agricultura, a execução das atividades não agrícolas tem interessado vários setores da agricultura familiar que diante deste assunto vê um impacto e preocupação com o desenvolvimento das atividades agrícolas exercidas, dado a pluriatividade. Diante do assunto em questão, muitos têm continuado no campo tentando adquirir crescimento em seu cultivo e o desenvolvimento de seus frutos até a comercialização em mercados de centros urbanos e em alguns casos a comercialização é feita na própria propriedade onde cultiva e cria seus animais.

A pluriatividade dentro de um ambiente familiar tende a modificar algumas situações no contexto da agricultura familiar como o tempo para manutenção do cultivo, a disponibilidade para o manejo de animais na propriedade, fazendo com que a vida no campo se torne mais distante, Schneider (2001) afirma que em outras vezes, a pluriatividade de membros da família não afeta a produção agrícola, caracterizando-se basicamente como estratégia de emprego de mão-de-obra excedente na agricultura, a conciliação de horários da execução das atividades não agrícolas em alguns casos torna-se viável com isso não comprometendo os afazeres em sua propriedade em tempo parcial.

Existem critérios para que o indivíduo seja classificado com um pluriativo, como falado anteriormente exerce atividades agrícolas e não agrícolas, na maioria das vezes a atividade não agrícola exercida é a principal fonte de renda, mas como saber se a atividade é não agrícola? De acordo com Schneider (2001) considera-se atividades não-agrícolas aquelas tarefas que não implicam o envolvimento direto nos processos de cultivo da terra e manejo de animais, desta forma clara e sucinta observou-se a relação da atividade exercida no campo e no urbano.

Esse mesmo conceito é colocado por Kageyama (1999) onde a autora reafirma o conceito exposto, no entanto, explica que existem autores que abrangem a ideia de família rural pluriativa aquelas que onde o indivíduo pode ter mais de uma ocupação, sendo uma dessas alguma ocupação agrícola. Enfatiza ainda mais uma forma de pluriatividade definida pelo projeto RURBANO que admite a pluriatividade como a existência de ocupações secundárias dentro da própria agricultura.

Fica evidente, que, embora o conceito de pluriatividade possa conter dimensões distintas, a diversificação da renda parece ser o núcleo onde essa discussão transita. Isso fica ainda mais nítido ao se verificar a estrutura da renda das áreas rurais sobretudo, as mais pobres. Nessas áreas existem um conjunto de fatores que podem determinar o estímulo a unidade familiar em diversificar sua renda fora da agricultura.

Nesse ponto a diversificação aborda duas formas distintas: diversificação por necessidade e diversificação estratégica. Reardon (1998) explica que existem fatores do meio rural que podem atrair as famílias para as atividades rurais não agrícolas, por exemplo, uma demanda por produtos e serviços não ligados a agricultura. Da mesma forma existem fatores que empurram as famílias rurais para estas atividades, por exemplo, a sazonalidade agrícola, queda de preços dos produtos agrícolas, etc.

Assim a atração se dá pela identificação de novas oportunidades de ganhos de renda no meio rural que não sejam tão sazonais como as verificadas nas atividades agrícolas, e que não incorram nos riscos característicos destas atividades, o que faz com que as famílias se sintam atraídas pelas atividades rurais não agrícolas, faz com que o ser humano se torne um indivíduo pluriativo, que atuações em funções não agrícolas.

Existem ainda outras fontes de renda que mesmo não ligadas diretamente as atividades econômicas no meio rural, podem impulsionar as atividades não agrícolas e por seu turno a pluriatividade. As transferências governamentais, por exemplo, representam uma parcela significativa da renda nas áreas rurais, sendo apontada por diversos pesquisadores como importante para alívio da pobreza e gerar efeitos multiplicadores de caráter local. Dessa forma, as transferências podem gerar uma demanda por produtos não agrícolas nas áreas rurais.

Uma vez expostas essas considerações acerca do conceito de pluriatividade, a discussão a seguir trata do processo de pluriatividade e diversificação de renda, tomando como base as áreas rurais brasileiras. São apresentados alguns estudos realizados por pesquisadores que abordaram o processo de pluriatividade no Brasil.

PLURIATIVIDADE E RENDA RURAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

A pluriatividade no Brasil recebeu grande atenção dos pesquisadores nos anos recentes. Os estudos realizados procuraram analisar como esse processo veio ocorrendo nas áreas rurais brasileiras. Schneider (2006) aponta que embora a maior parte da renda rural ainda é oriunda das atividades agrícolas, parte significativa das rendas rurais vêm de atividades não agrícolas e das transferências de renda

Do Nascimento e Cardozo (2007) analisou a pluriatividade nas grandes regiões e conclui que no caso da Região Nordeste, o crescimento da pluriatividade está associado ao atraso econômico da maior parte da região e à pobreza disseminada no interior dela. Ao contrário da Região Sul, onde predomina o modelo agrícola através do qual modernas tecnologias são aplicadas na agricultura, a riqueza nordestina em meio a contradição de pobreza, associado ao poder aquisitivo dos agricultores dado as duas regiões.

Essa distinção pode ser o resultado das distintas situações climáticas também bem como da capacidade ociosa das duas regiões. Outro ponto a ser considerado é desenvolvimento tecnológico, a região sul apresenta alta rentabilidade na colheita, ao passo que na região nordeste a alta ociosidade em termos dos fatores de capital e a sazonalidade agrícolas coloca algumas limitações para obter renda exclusivamente do setor agrícola.

Um estudo realizado por Sakamoto et al (2016) mostrou que o aumento do montante de famílias rurais não agrícolas e pluriativas se deu em virtude os retornos de renda desse tipo de unidade familiar. Os autores chamam atenção para o fato de que a renda dessas famílias é significativamente superior a renda das famílias que tem a agricultura como única fonte de renda.

Nesse caso as famílias não agrícolas e/ou pluriativas vão buscar no setor industrial, de comércio e serviços, a diversificação de suas rendas, e, em muitos casos fazendo isso sua

estratégia de saída de uma situação descontinuada da agricultura por problemas sazonais, climáticos, crédito rural, assistência técnica etc.

Reardon (1998), admite a existência tipos básicos de motivação para diversificação de renda a partir de atividades não agrícolas: forças que atraem as famílias rurais: trata de uma motivação ligada diretamente ao desejo de se ocupar alguma atividade não agrícola e /ou empreender na mesma. Geralmente esse desejo é motivado por ganhos de renda. Por outro lado, existem forças que empurram as famílias para essas atividades, tais forças são o resultado da sazonalidade agrícola, choques adversos de demanda por produtos agrícolas, queda dos preços agrícolas etc.

Outro ponto são os tipos de atividade não agrícolas desenvolvidas nas áreas rurais. Dirven (2004), apresenta algumas características importantes dessas atividades :1) ocupações de refugio que dizem respeito às ocupações que apresentam baixa produtividade, que possuem baixos níveis tanto de qualificação profissional como também de rendimentos.2) ocupações com altos retornos de renda, estão inseridas em processos mais tecnologicamente desenvolvidos e que geram maiores retornos salariais.

Segundo Kageyama e Hoffmann (2000) Entre os fatores estruturais de longo prazo podem-se citar a distribuição da riqueza, em especial a propriedade da terra, as profundas diferenças de escolaridade entre pessoas e regiões, os setores de atividade da população economicamente ativa etc.

Um exemplo está nas disparidades econômicas de cada economia rural que pode impactar de forma diferente o processo de disseminação da pluriatividade. Um estudo realizado por Nascimento (2009) procurou identificar justamente esse aspecto. O autor fez uma análise da pluriatividade das famílias rurais da região Nordeste e da Região Sul. Após observar estatísticas do perfil socioeconômico do meio rural das duas regiões, o autor conclui que embora possa existir uma relação entre o dinamismo econômico local das ocupações não agrícolas e o desenvolvimento de famílias pluriativas, os dados pareceram indicar que a pluriatividade depende mais do perfil da população economicamente ativa que do tipo de ocupações não agrícolas presentes nessas áreas.

Kageyama e Hoffmann (2000) o nível mais baixo de modernização agrícola, incluindo áreas de agricultura extensiva e atrasada e outras com limitações naturais (secas, por exemplo) e tecnológicas; reforçando a ideia de observância literária da região nordeste. Durante os estudos mencionados foram observados alguns fatores que contribuíram com a situação, como a baixa escolaridade, como também as limitações climáticas.

As oportunidades oferecidas no campo na região nordeste ainda não suficientes para fixação, à modernização anda lento com isso atrasa cada vez mais, enfim Do Nascimento e Cardozo (2007) ainda afirma que a pluriatividade e pobreza andam de mãos dadas nas áreas rurais da Região Nordeste.

De alguma forma, a maior parte da literatura brasileira sugere que a pluriatividade está ligada diretamente a diversificação renda, sobretudo nas áreas rurais mais pobres, como, por exemplo, a região nordeste. Segundo pereira, justo e lima (2015) A incidência da pobreza no meio rural está diretamente relacionada à ocorrência de outros problemas, como o aumento do

desemprego nos setores urbano-industriais; a pressão demográfica sobre as grandes cidades; a violência urbana etc. Estes fatores cruciais citados pelos autores fazem com que o cenário do rural passe a apresentar características comuns as áreas urbanas.

Em termos da renda como motivação da pluriatividade, Nascimento (2004) afirma que as menores rendas médias, em todos os casos, são das famílias nordestinas – abaixo da média nacional. Estas informações evidenciam a importância da pluriatividade como estratégia de geração de renda das famílias rurais de todas as regiões. A partir desta análise percebe-se que na região nordeste as unidades familiares são “empurradas” para a pluriatividade, dado que somente a agricultura não detém de recursos suficientes para garantir o sustento das famílias, com isso é possível observar que a cada ano cresce o estímulo a execução de atividades não agrícolas como combinação para elevação da renda, tornando a renda não agrícola uma das principais formas de ampliar a renda familiar nas áreas rurais.

Dito isto, a seção a seguir apresenta os principais procedimentos metodológicos adotados, em termos da fonte das informações e como elas foram tratadas estatisticamente.

METODOLOGIA

Para analisar a pluriatividade no assentamento Bom fim utilizou-se pesquisa exploratória-descritiva, levando em conta levantamento bibliográfico, entrevistas e coleta de dados primários junto aos domicílios do assentamento. A pesquisa compreendeu as características gerais dos domicílios bem como a empregabilidade e estrutura de renda.

Foram aplicados questionários no assentamento estudado aos agricultores, bem como entrevistas com perguntas abertas e fechadas, abordando de forma clara o entrevistado, no período entre 26 de abril e 01 de maio de 2018. Utilizando ainda estatísticas descritivas na tabulação dos dados observados. De um total de 45 famílias, foram entrevistadas 40 onde responderam de forma clara, objetiva e espontânea toda a entrevista.

Utilizou-se fontes primárias e secundárias como: fontes bibliográficas, fontes virtuais a partir órgãos competentes como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), EMATER (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural), MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) entre outros, sempre com coerência e coesão diante dos fatos explícitos neste estudo.

Descrição das variáveis

Para analisar a dimensão da pluriatividade no assentamento Bom Fim, foram levantados dados conforme descritos no quadro 1.

Quadro 1: Variáveis para análise da dimensão da pluriatividade no assentamento Bom Fim, Angicos/RN.

Variável	Descrição
Características gerais	Referente às características da família
Estrutura fundiária	Acesso e posse da terra
Acesso a centros urbanos	Distância em relação aos centros urbanos
Estrutura dos domicílios	Acesso a saneamento, energia e utensílios.
Estrutura de renda	Rendas das atividades principais e secundárias
Educação	Grau de instrução dos moradores
Programas sociais	Acesso a benefícios de programas sociais

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados foram tratados através de estatística descritiva, onde foram observados os fatores que mais potencializam a pluriatividade das famílias assentadas. Espera-se que um grupo de características possua um efeito positivo no grau de pluriatividade (renda, educação, proximidade dos centros urbanos), enquanto que outros (recebimento de programas sociais, baixa escolaridade), poderão impactar com menor magnitude a pluriatividade das famílias assentadas. Os principais resultados da pesquisa de campo são apresentados na seção seguinte.

PLURIATIVIDADE NO ASSENTAMENTO BOM FIM

O assentamento Bom Fim (Figura 1) de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado em 19 de abril de 2001 é localizado no município de Angicos/RN com uma área de 1258.5297 com capacidade para 45 famílias, credenciado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA.

Figura 1: Vista aérea do assentamento Bom Fim no município de Angicos/RN.



Fonte: Google/Earth.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angicos/RN (STR) existe uma hierarquia para formação de associação que faz regulação, orienta e busca os direitos para os assentados, contudo existe tempo de mandato, onde são feitas chapas para que compunha a direção completa onde é composta por 12 assentados com duração de 2 anos cada mandato que passará a frente da associação. A pesquisa mostrou que o assentamento conta atualmente com 40 domicílios, a maior parte conta com famílias até 03 integrantes, e apenas 01 não detém a posse da terra em que vivem.

O primeiro determinante para analisar as ocupações rurais não agrícolas é o grau de escolaridade. A tabela 1 apresenta o grau de escolaridade dos chefes de domicílio do assentamento. A pesquisa de campo fez o levantamento da instrução da pessoa de referência do domicílio. Cabe frisar que o grau de instrução é um importante variável na determinação da participação das atividades não agrícolas dentro de um contexto de diversificação da renda do domicílio. Conforme evidenciado dos 40 domicílios pesquisados aproximadamente metade dos chefes dos domicílios possui apenas as series iniciais completas. O que mostrou que seu enquadramento em atividades não agrícolas quando existe, são ocupações de rendimentos mais baixos.

Tabela 1: Grau de instrução da pessoa de referência no assentamento Bom Fim/Angicos-RN.

Instrução	Quantidade
Sem instrução	7
1ª a 4ª serie	19
5ª a 8ª serie	6
Ensino médio completo	7
Ensino médio incompleto	1

Fonte: dados da pesquisa de campo realizada no Assentamento Bomfim/Angicos-RN.

De acordo com os dados coletados na pesquisa, no assentamento de reforma agrária Bom Fim, existem alguns assentados que exercem atividade não agrícola, o que caracteriza essas famílias como pluriativas. As ocupações encontradas foram dentre outras: vigilantes, taxistas, funcionários de firmas da região, operadores de maquinas e serviços.

Ficou bem evidente a dificuldade Assentamento Bom Fim em depender exclusivamente das atividades agrícolas, umas das maiores dificuldades está na irrigação, mesmo sendo um assentamento que conta com água encanada feita pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) tem sofrido com a falta da mesma, a falta de água regulamentar tem feito com que muitos agricultores façam apelação para chuvas novamente, voltando ao quadro antigo de como viviam à espera das chuvas em determinados meses do ano.

O ano de 2018 tem apresentado boas perspectivas devido o fim da estiagem e a chegada das chuvas, com isso alguns agricultores pediram o corte do serviço de água governamental paga e aderiram novamente aos açudes e uma pequena barragem nas proximidades do assentamento, o receio maior dos agricultores que diariamente fazem manejo da terra e de animais sempre foi à sazonalidade, a estiagem prolongada fez com que alguns agricultores vendessem seus animais, mas com a chegada da chuva eles puderam recuperar o tempo perdido e a plantação fazendo com a esperança de permanecer no meio rural não fosse apenas uma vontade ou sonho , mas uma realidade adquirida que a partir do momento em que tomaram posse da terra.

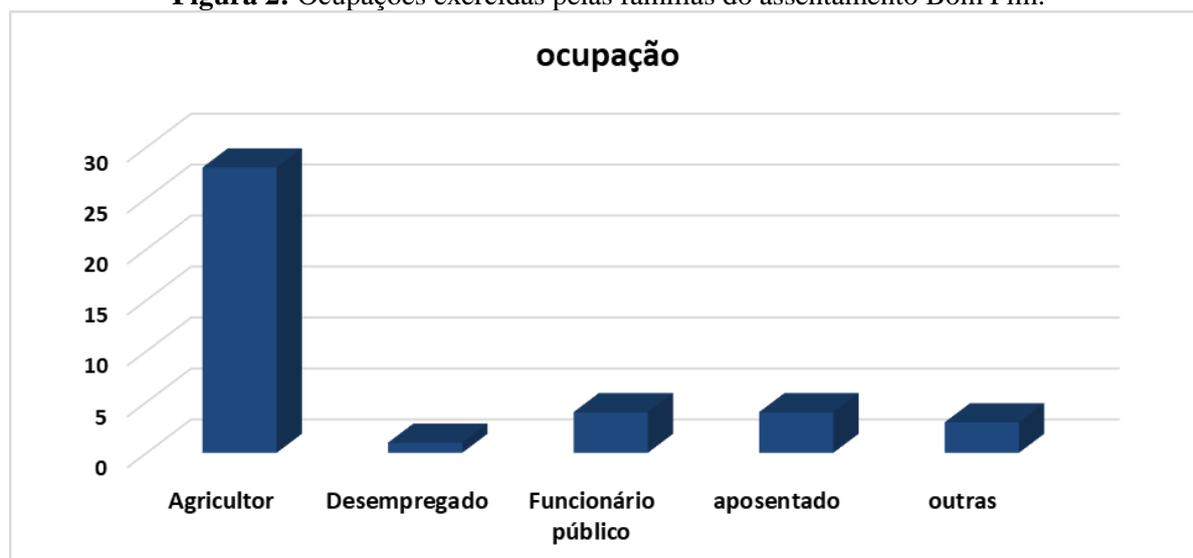
Observou-se também durante as entrevistas feitas com as famílias que pode ocorrer um melhoramento na estrutura do assentamento através parceria junto ao governo federal. Notou-se que as terras onde moram os agricultores ainda são do governo federal, haja vista que ainda não existem documentos que comprovem a posse definitiva da terra pelas famílias assentadas. Logo, percebeu-se que eles têm trabalhado para que o assentamento tenha uma maior atenção dos entes públicos. No entanto, alguns gargalos contribuem para a situação adversa do assentamento, como a participação de total dos assentados, enquanto uma parcela se preocupa, a outra parcela não se integra, com isso cresce a possibilidade de evasão para as áreas urbanas.

De acordo com alguns assentados existe um interesse de ajuda para que a titularidade representativa das terras seja entregue a cada uma das famílias, um grupo liderado por professores da Universidade Federal Rural do semiárido (UFERSA) campus Angicos/RN busca a conquista, haja vista que o órgão responsável pela fiscalização dos assentamentos de reforma agrária que é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) já contribui para aconteça.

No assentamento Bom Fim, alguns agricultores assentados são beneficiados com algum tipo de auxílio governamental, algumas famílias sobrevivem unicamente tendo como renda principal o Bolsa família. Isso atesta o que é amplamente sugerido pela literatura sobre o peso das transferências de renda na economia rural. Normalmente essa renda contribui justamente para a subsistência, sobretudo, frente a sazonalidade das culturas de subsistência. Outra renda importante citada foram as aposentadorias. Muitos entrevistados revelaram a expectativa de completar a idade para concessão do benefício.

Os dados apresentados na figura 2 evidenciam as ocupações exercidas pelas famílias do assentamento Bom Fim, mostram que a agricultura é a ocupação mais expressiva no assentamento mostrando a importância da atividade agrícola desta localidade. Dentre as outras atividades que geram renda, destaca-se as atividades ligadas a serviços e o setor público.

Figura 2: Ocupações exercidas pelas famílias do assentamento Bom Fim.



Fonte: dados da pesquisa de campo realizada no Assentamento Bomfim/Angicos-RN.

No assentamento Bom Fim, existem alguns assentados que exercem atividade não agrícolas. Diferentes profissões foram observadas: Moto taxista onde a renda obtida dessa atividade complementa a renda domiciliar, sobretudo nos períodos de maior sazonalidade agrícola. Algumas outras como vigilante também foram encontradas, haja vista que diante da baixa escolaridade média dos chefes da família entrevistados, as ocupações não agrícolas são de baixa remuneração.

No assentamento existe um volume expressivo de chefes de família que anteriormente foram funcionários de firmas, na maioria delas que a principal forma de trabalho era a agrícolas, o manejo de terra de colheita, na operação de máquinas como tratores, mas a maioria deles na colheita e plantação, de forma assalariada.

Os dados apresentados na tabela 2 apresentam a estrutura de renda do assentamento Bom Fim. Conforme apresentado na pesquisa quase 47% dos domicílios possuem alguma renda não agrícola, o que caracteriza tais famílias como pluriativas. Outro ponto a ser destacado é que no grupo das famílias que possuem rendas agrícolas (53%), a maior parte respondeu que a renda agrícola é a única renda da unidade familiar (62%), enquanto que 19% responderam que combinam rendas agrícolas com rendas não agrícolas sendo a renda agrícola a renda principal, e outros 19% afirmaram que a renda agrícola é secundária. Em relação as faixas de rendimento 33% responderam que ganham até um salário mínimo, enquanto 67% recebem de um a dois salários mínimos.

Tabela 2: Estrutura da Renda no assentamento Bom Fim, Angicos/RN, ano 2015.

Rendimento	Total	Única renda	Renda principal	Renda secundária
Agrícola	21	13	4	4
Não agrícola	19			
Até 01 salários	13			
De 01 a 02 salários	27			

Fonte: dados da pesquisa de campo realizada no Assentamento Bomfim/Angicos-RN.

Outra parte significativa dos agricultores são beneficiários do Garantia safra, segundo o Ministério do Desenvolvimento agrário O Garantia-Safra (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). No Assentamento pesquisado alguns agricultores não conseguiram o benefício, ainda de acordo com o (MDA). Uma vez aderidos ao programa, eles passam a receber o benefício quando o município em que moram comprova a perda de, pelo menos, 50% do conjunto dessas produções, ou de outras a serem definidas pelo órgão gestor do Fundo Garantia-Safra, em razão de estiagem ou excesso hídrico.

Boa parte dos assentados são pessoas idosas que já atingiram idade máxima e hoje tem a aposentadoria como forma de renda, mas continuam no meio rural. Isso denota que assim como sugerido pela literatura, no assentamento Bomfim as rendas de transferências governamentais são um complemento significativo da renda familiar, sobretudo, nos períodos de entressafra ou quando ocorre algum choque adverso de produção.

O nível de escolaridade no geral no assentamento é muito baixo, onde grande parte dos responsáveis pela família são analfabetos e a outra grande parte não concluíram sequer o ensino fundamental (5ª a 8ª série) o que justifica o baixo nível de salários dos que exercem ocupações

não agrícolas. Os filhos dos agricultores são os mais propícios no assentamento a tornar a família pluriativa, pois as oportunidades encontradas com estudos e profissões são maiores dado que podem ir mais longe em termos de escolaridade.

Assim, a pesquisa realizada no assentamento Bomfim permitiu observar que a pluriatividade é uma realidade presente no cotidiano das famílias entrevistadas, e que as rendas não agrícolas representam importantes formas de complementar a renda da família, ou mesmo de ser a renda principal do domicílio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a composição renda dos agricultores no assentamento de reforma agrária “BOM FIM” localizado no município de Angicos/RN. Baseado no conceito de pluriatividade definida como uma situação onde o indivíduo combina suas atividades agrícolas com outra atividade que não tenha participação no cultivo de terra ou manejo de animais e ele passa exercer a sua nova atividade como renda principal, exercidas com o intuito de complementação de sua renda, como forma de uma estratégia familiar.

A pesquisa feita no assentamento Bom Fim percebeu-se a fragilidade da agricultura quando falado em desenvolvimento rural, durante a pesquisa observou-se a diversidade de rendas encontradas para driblar a dificuldade encontrada na agricultura, haja vista que essa dificuldade encontrada é mostrada e vivida em todo o nordeste, quando comparada com a região sul a região nordeste, mais precisamente no assentamento Bom Fim, muitos agricultores ainda afirmam ter a agricultura como renda principal. Com a chegada das chuvas o cenário mudou no local, onde houve um grande aproveitamento das terras para a plantação principalmente do milho e feijão, onde mesmo utilizando técnicas simples conseguiram lograr êxito, grande parte para própria subsistência.

A diversidade de atividades não agrícolas exercidas como: mototaxista, funcionalismo público, funcionalismo privado etc. são formas encontradas de complementar a renda das famílias residentes no assentamento, existem outras formas como as transferências governamentais como os programas sociais e a aposentadoria, deste modo tem tornado a renda diversificada no assentamento Bom Fim.

Alguns passos foram iniciados através de parcerias do assentamento com instituições públicas tais como universidades, por exemplo, com o intuito de ajudar no desdobramento de aquisição de suas terras, haja vista que as terras ainda são da União. Essas parcerias têm como objetivo potencializar o acesso do assentamento a políticas públicas que possam melhorar o desenvolvimento da agricultura familiar, bem como do desenvolvimento local do assentamento.

REFERÊNCIAS

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, JG da; DEL GROSSI, M. E. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997. In: ____ **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Campinas: Embrapa/UNICAMP, 2000. p.79-100. 2000.

DIRVEN, Martine. El empleo rural no agrícola y la diversidad rural en América Latina. **Revista de la CEPAL**, Santiago do Chile, n.84, p.49-70, 2004.

KAGEYAMA Angela; HOFFMANN Rodolfo. Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. **Economia – Revista da ANPEC**, v.1, n.2, p.147-183, jul./dez. 2000.

KAGEYAMA, Angela. Pluriatividade na agricultura paulista. **Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília**, v.37, n.1, p.35-56, 1999.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.18, n.2, p.317-348, 2009.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; CARDOZO, Soraia Aparecida. Redes urbanas regionais e a pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil, 1992-1999 e 2001-2005. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.38, n.4, p.637-658, 2007.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. Pluriatividade, pobreza rural e serviço doméstico remunerado. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.42, n.2, p.341-364, 2004.

PEREIRA, Alan Francisco Carvalho; JUSTO, Wellington Ribeiro; LIMA, João Ricardo Ferreira de. Impactos das rendas não-agrícolas sobre os indicadores de pobreza Foster-Greer-Thorbecke (FGT) para as Famílias Rurais do Estado do Ceará. **Informe Gepec**, Toledo, v.19, n.2, p.165-183, 2015.

REARDON, T.; BERDEGUÉ, J.; BARRETT, C. B.; STAMOULIS, K. Household income diversification into rural nonfarm activities,” In: HAGGBLADE, S.; HAZELL, P.; REARDON, T. (Eds). **Transforming the Rural Nonfarm Economy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 4 ed., Baltimore: John Hopkins University Press, 2006

REARDON, T., K.; STAMOULIS, A.; BALISACAN, M. E.; CRUZ, J.; BERDEGUE, B. B. Rural nonfarm income developing countries. In: **The State of Food and Agriculture**. Rome: Food and Agricultural Organization of the United Nations, 1998. p.283-356.

SAKAMOTO, Camila Strobl; NASCIMENTO, Carlos Alves; MAIA, Alexandre Gori. As famílias pluriativas e não agrícolas no rural brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.54, n.3, p.561-582, 2016.

SCHNEIDER, Sérgio; CONTERATO, Marcelo Antônio; KOPPE, Leonardo Renner; SILVA, Carolina Castilho e. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.137-164,

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v.16, p.164-184, abril 2001.

SCHNEIDER, S. A agricultura familiar em uma época de transformações: a pluriatividade como estratégia familiar de reprodução social. In: **Anais...Congresso Internacional de Sociologia Rural, X; Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXVIII**. 2000. Rio de Janeiro, p.1-25.

Artigo recebido em maio/2020 e aceito em dezembro/2020.